

# COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

## PROJETO DE LEI Nº 2.496, DE 2024

Dispõe sobre o registro fraudulento de marca e dá outras providências.

**Autor:** Deputado HELDER SALOMÃO

**Relatora:** Deputada IVONEIDE CAETANO

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 ("Código de Propriedade Industrial"), que regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial, para coibir a prática de registro fraudulento de marca. Dessa forma, tipifica o crime de registrar marca sem desenvolver a atividade econômica correspondente com o fim de exigir vantagem ilícita ou de impedir o registro de quem exerça atividade econômica sob marca idêntica ou semelhante, e estabelece pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa, para quem praticar tal ato.

A matéria foi distribuída às Comissões de Indústria, Comércio e Serviços e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e art. 54, RICD) e está sujeita à apreciação do Plenário, em regime de tramitação ordinário (art. 151, III, RICD).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Em 17/09/2024, tive a honra de ser designada Relatora deste Projeto.

É o relatório.



## II - VOTO DA RELATORA

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, XXVIII, 'd'), compete a esta Comissão de Indústria, Comércio e Serviços se pronunciar sobre o mérito do Projeto de Lei nº 2.496, de 2024.

O Projeto em análise, com o objetivo de coibir a prática de registro fraudulento de marca, tipifica o crime de registrar marca sem desenvolver a atividade econômica correspondente com o fim de exigir vantagem ilícita ou de impedir o registro de quem exerça atividade econômica sob marca idêntica ou semelhante. Também, estabelece pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa, para quem pratica este crime contra as marcas.

Conforme a justificativa do Projeto, têm crescido os casos em que indivíduos e empresas submetem, ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), pedidos de registro de marca sem sequer estar exercendo a atividade econômica sob essa marca. O objetivo de tal fraude é revender depois a marca ao seu legítimo dono – aquela empresa ou aquele indivíduo que de fato está exercendo a atividade econômica de prestação de serviço ou comercialização do bem sob essa marca, porém sem tê-la previamente registrado no INPI.

O registro da marca por quem não é seu legítimo dono causa enormes prejuízos aos produtores e comerciantes que de boa-fé exercem a sua atividade econômica sem ter registrado a marca. Esses prejuízos podem ser financeiros, quando eles são vítimas de extorsão para pagar pela marca, e também produtivos, quando são



impedidos de praticar suas atividades, afetando os consumidores, os trabalhadores e toda a cadeia produtiva que a atividade movimenta.

A prática dessa fraude viola o Código de Propriedade Industrial, que estabelece, em seu art. 128, § 1º, que “as pessoas de direito privado só podem requerer registro de marca relativo à atividade que exerçam efetiva e lícitamente”.

Com o objetivo de coibir o registro fraudulento de marca, a proposta visa incluir, ao Capítulo III (“Dos crimes contra as marcas”) do Título V da Lei de Propriedade Industrial, o art. 190-A, que tipifica o crime de registrar marca sem desenvolver a respectiva atividade econômica.

No entanto, em diálogo com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), observamos que o Capítulo III se dedica a coibir crimes praticados contra titulares de marcas já registradas no INPI.

Como tal prática visa a obtenção de vantagens ilícitas por meio de registro de marca, em face de quem já usava o sinal e não o registrou, o INPI sugeriu a inclusão de tal previsão no Título V, Capítulo IV da LPI, “Dos crimes cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda”, a qual entendemos formalmente mais adequada.

Tendo em vista o dano considerável que esta prática traz à sociedade e à economia, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.496 de 2024 na forma do Substitutivo anexo, que, sem alterar o conteúdo do Projeto original, traz modificações formais conforme a técnica legislativa.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.



Deputada IVONEIDE CAETANO  
Relatora

2024-13489

Apresentação: 02/04/2025 18:51:49.640 - CICS  
PRL 1 CICS => PL 2496/2024

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254552612700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivoneide Caetano



**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS****SUBSTITUTIVO AO PL 2.496/24**

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativas à propriedade industrial, para coibir a prática de registro fraudulento de marca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o registro fraudulento de marca e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 191-A:

“Art. 191-A Registrar marca, sem desenvolver a atividade econômica correspondente, com o fim de exigir vantagem ilícita ou de impedir o registro de quem exerça atividade econômica sob marca idêntica ou semelhante”.

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa". (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputada IVONEIDE CAETANO  
Relatora

2024-13489

